

As lutas contra o aumento de tarifas nos transportes e as manifestações de junho: o Movimento Passe Livre e os novos movimentos sociais¹

Ailton Laurentino Caris Fagundes
Universidade de São Paulo – USP
aailton@usp.br

Este trabalho discute alguns dos aspectos centrais das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil a partir das estratégias e organização e ação do Movimento Passe Livre, um pequeno grupo radical de esquerda, e busca apontar algumas possíveis interpretações para os acontecimentos que abalaram o país e que colocaram em pauta uma série de reivindicações que vão muito além da questão do transporte público.

Movimentos sociais, ações coletivas, manifestações

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, (7-10 de octubre de 2014)

A luta contra o reajuste de tarifas no transporte público foi o estopim que levou milhões de brasileiros às ruas nas maiores manifestações populares da história recente do país. Aparentemente o movimento surgiu e desapareceu do nada, deixando imprensa, governos, especialistas e a população em geral perplexos diante da sua magnitude. Este trabalho pretende analisar esses acontecimentos a partir das ações do Movimento Passe Livre, um grupo autônomo e apartidário, organizado horizontalmente e sem dirigentes, que iria definir as pautas e as estruturas das manifestações até chegar perto de perder o seu controle diante do gigantismo das massas, do poder de influência das mídias e do aumento das demandas represadas, e mostrar que essas manifestações resultam de mais de uma década de luta e de estratégias claras e bem definidas e que vão muito além da questão do transporte

Pode-se não perceber nada na superfície, mas nas profundezas o inferno está em chamas.

Y. B. Mangunwijaya

As lutas dos movimentos sociais evidenciam duas coisas: as demandas reprimidas na busca reconhecimento, igualdade, liberdade, direitos, etc, e a perspectiva de mostrar novos rumos para uma comunidade, sociedade ou, de modo mais amplo, para a humanidade. Como afirma Alberto Melucci², esses movimentos são os *profetas do presente*, aqueles que antecipam e falam sobre o devir; apresentam novos códigos culturais, com valores, normas e percepções que tentam superar aqueles existentes e que condicionam as escolhas que as pessoas fazem, colocando em xeque os códigos vigentes, os estilos de vida ou as formas de organização social. Formam assim novos *frames*, quadros de referência que lutam no mundo dos símbolos, dos códigos e das normas da sociedade.

É, sobretudo, a partir dessa linha referencial, que este trabalho buscará discutir alguns aspectos da organização e atuação do Movimento Passe Livre, o grupo que organizou os eventos que serviram como estopim para as grandes manifestações que em junho de 2013 tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil. Seguindo a lógica do MPL, esse conjunto de protestos, que se diferencia, de um lado, pelo modelo de

² MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente, movimentos sociais nas sociedade complexas*. São Paulo, Vozes, 2001

organização horizontal dos diversos grupos e indivíduos participantes e de outro pela sua própria natureza, forma e conteúdo, como veremos adiante.

Ainda que o Brasil tenha um histórico de mais de uma década de manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público, com as jornadas de junho esses protestos ganham uma nova realidade servindo de estopim para a expressão de diversas insatisfações reprimidas, o que seria um conjunto delimitado de ações de luta pelo transporte público acabou como o maior conjunto de protestos ocorridos no Brasil nas últimas duas décadas, só comparável às grandes manifestações populares ocorridas em 1992 na campanha pelo impeachment do presidente Fernando Collor. Em São Paulo, principal foco dessas jornadas, as primeiras manifestações começaram com algo em torno de 2000 pessoas e em pouco mais de duas semanas, em 20 de junho, o número de manifestantes chegaria a mais de um milhão, espalhados por diversas cidades do país. À frente dos protestos, como ator mais importante, estava o Movimento Passe Livre.

O Movimento Passe Livre se apresenta como um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário e o reconhecimento de ele realmente se organiza dessa forma é fundamental para explicar o apoio que conquista e como ele consegue se manter à frente das manifestações mesmo quando estas já não estão sob seu controle. Apesar de mostrar como um grupo radical de esquerda, o MPL é visto como um grupo sem vínculos com os partidos ou instituições políticas tradicionais, geralmente mal vistas ou rejeitadas pela população mais jovem. Uma das características marcantes das manifestações foi a intensa rejeição aos partidos e isso não pode ser explicado como uma simples rejeição às formas tradicionais de política ou como uma negação deste quadro mas como uma forma de expressar a ideia de que cada manifestante representa antes de mais nada a si mesmo e a uma coletividade maior e indefinida, a sociedade ou a nação, e não um grupo que tem como interesse a conquista do poder. Como afirma Pablo Ortellado³,

Temos assistido nas últimas décadas ao nascimento de movimentos horizontais na forma de organização e autônomos em relação a partidos e instituições. Esses movimentos frequentemente valorizam mais o processo do que o resultado: é o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a criatividade das suas ações, que dão a eles sabor e sentido. As lutas são ao mesmo tempo experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de autoexpressão contracultural. Algumas

³ ORTELLADO, Pablo. “Os protestos de junho entre o processo e o resultado”. In. JUDENSNAIDE, Elena et. al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

vezes, essa dimensão processual é sobrevalorizada e mesmo contraposta aos resultados práticos da ação política.

O tipo de luta no qual se insere o MPL e no qual se enquadram as jornadas de junho se assemelham a outros importantes eventos ocorridos em diversas partes do mundo como nos Estados Unidos, Turquia, Egito, Grécia e Espanha. Todos eles convergem em pontos importantes como a desconfiança em relação aos poderes instituídos, a pressão política por vias não institucionais, o uso de redes de comunicação baseadas em novas tecnologias e o fato serem formados principalmente por jovens. Em geral, esses novos movimentos não visam o poder político, mesmo que indiretamente, mas buscam ganhar força no debate acerca de mudanças nas condutas, nas mobilizações e nos códigos. Entretanto, ainda que procurem influir sobre decisões no âmbito dos códigos (leis, sobretudo) é no campo das condutas que estão suas principais linhas de combate.

Organizações como o MPL evidenciam o desejo de participação política de uma parcela da população jovem mas que não tem interesse pelos partidos políticos tradicionais ou que rejeitam ou desconfiam do sistema político institucionalizado. Esses jovens buscam na micropolítica, na participação em grupos horizontais, geralmente com propósitos pontuais. É sintomático que esse movimento tenha ganhado força não apenas à parte dos partidos tradicionais mas também atuando na contramão deles. A descrença generalizada de que os partidos e as instituições políticas não são capazes ou não possuem interesse em mudanças profundas ou ainda que essas agremiações não representam os seus interesses

O MPL representa assim um novo modelo de atuação política, incomum no Brasil, onde desde a década de 1980 os mais diversos movimentos sociais buscaram a via institucional como estratégia de luta política e isso se acentua a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência, em 2003. Historicamente ligado, desde o seu nascimento, a diversos movimentos sociais, o PT ao assumir o poder no plano federal atraiu diversos desses movimentos, por vezes cooptando-os, por vezes imobilizando-os em nome de uma agenda positiva de médio e longo prazo que dependeria da sua permanência no poder e de uma suposta ordem que a sustentasse. Parte da política oficial ou consequência dela, o fato é que as grandes mobilizações sumiram das ruas e os movimentos sociais estiveram cada vez mais imobilizados nos governos petistas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, em que os movimentos tradicionais saíam das ruas

uma série de pequenos grupos se organizavam a partir de pautas específicas e estratégias de luta distintas daquelas vistas nas décadas anteriores.

Em comum, esse movimentos apontam para uma crítica a toda forma de hierarquia, para a defesa de uma horizontalização sem limites, para a prática da ação direta e a organização autogestionária, confirmando, mesmo quando negam isso, uma forte influência do anarquismo e dos socialismo libertários. Não é difícil entender que isso ocorra a partir do momento em que os partidos, inclusive os de esquerda, são colocados em cheque, num contexto ainda marcado pelo fracasso das experiências do chamado socialismo real do sistema soviético e das frustradas e frustrantes práticas autoritárias dos regimes socialistas, sobretudo as do leste europeu.

Contudo, como afirma Melucci, podemos entender o caráter espontaneísta, anti autoritário e anti-hierárquico, que parecem comuns a muitas formas recentes de ação coletiva, como um risco para uma atuação mais efetiva e de longo prazo, segundo ele é exatamente dessas características que vem “*a fragmentação, a fragilidade organizativa e a descontinuidade que ameaçam continuamente tais formas de ação*”⁴. É um risco que não passa despercebido. Se a substituição do modelo de organização centralizado e hierarquizado por uma forma de horizontal e sem direção foi importante para o MPL e para a forma como as jornadas desenrolaram, mas a falta de direcionamento também pode significar limitações. Por um lado pode-se alegar que algumas das pautas do próprio movimento exigem uma interlocução com o poder público e por outro que a rejeição ao campo institucional ignora as chances de afetar ou regenerar as instituições existentes⁵.

Uma certa narrativa.

Em São Paulo o reajuste das tarifas de ônibus, metrô e trens metropolitanos ocorrem no dia 2 de junho, passando de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. As primeiras manifestações se mantêm no mesmo padrão daquelas ocorridas em anos anteriores, levando cerca de 2000 pessoas às ruas, a maioria delas militantes de movimentos sociais e partidos de extrema esquerda. A diferença desta vez estava na estratégia, diferente dos

⁴ MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. São Paulo, Vozes, 2001. Pg. 84.

⁵ RUCCI, Rudá e ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

anos anteriores desta vez o MPL, grupo que organizava e liderava os protestos, buscou uma campanha intensiva, com manifestações quase que diárias, buscando chamar a atenção da população e da imprensa com ações em alguns dos mais importantes terminais de ônibus e com a tomada de importantes vias em horários de pico. A ideia é que o transtorno causado não poderia deixar de ganhar espaço nos grandes meios de comunicação, mesmo que estes se coloquem contra, e, assim, colocar a pauta de reivindicações para o maior número possível de pessoas.

Realmente, de modo geral a tônica da imprensa recaía sobre os transtornos causados e a violência das manifestações, destacando os atos de ‘vandalismo’ praticados. Não fosse a ideia de desobediência civil, isto é, o fato de não obedecer às recomendações e imposições do governo que através da Polícia Militar tentavam limitar as manifestações a determinadas vias e horários, o movimento não teria ganhado tamanho destaque. Na primeira quinzena de junho diversas outras manifestações ocorreram em bairros da periferia da cidade, mas a maioria delas foi quase que totalmente ignoradas pela grande mídia. Se por um lado os protestos conseguiam destaque na imprensa, por outro, a ênfase no discurso da ordem e o destaque dado aos atos de vandalismo não apenas naturalizavam como justificavam as ações repressivas violentas por parte da polícia. O resultado é que o MPL passaria, em pouco tempo, a ser visto não mais como um grupo violento mas como vítima da violência repressiva do Estado e portador de uma reivindicação justa, defensável e possível, o que seria decisivo para arregimentar novos manifestantes.

As manifestações do dia de 13 de junho foram fundamentais para uma mudança no direcionamento do movimento. A violenta repressão policial atingiu não apenas os manifestantes mas também jornalistas da grande imprensa, a prisão de manifestantes e jornalistas. O saldo do dia mostrava cerca de cem feridos, entre eles mais de uma dezena de jornalistas ligados à grande imprensa, alguns deles atingidos por balas de borracha. Alguns veículos de comunicação mostravam ao vivo as manifestações e no dia seguinte a grande mídia assumia, pela primeira vez, que os atos de violência haviam partido dos policiais numa repressão abusiva orquestrada pela Polícia Militar com o aval do secretário de Segurança Pública e do governador do Estado. Ainda nesse dia as prisões arbitrárias se tornam evidentes ao atingir jornalistas, presos por portarem garrafas de vinagre, líquido que supostamente serviria para atenuar os efeitos do gás lacrimogêneo.

Não é possível, entretanto, imaginar que o apoio ao movimento é consequência da mudança na abordagem dada pela grande mídia, exemplo disso é que ainda na tarde do dia 13 em programa ao vivo o apresentador José Luiz Datena, do Brasil Urgente, faz uma enquete com os telespectadores com a seguinte questão: você é a favor de protesto com baderna? Ainda que o jornalista buscasse não apenas se posicionar contra mas também influenciar os votantes a votar no não, a maioria dos votantes se posicionaram a favor de protestos com baderna, 2179 votos sim contra 915 não. As análises repetiam a ladainha de o protesto para ser legítimo deve ocorrer dentro da ordem, tem que ser pacífico, sem obstruir vias públicas ou atrapalhar o trânsito, sem criar tumultos ou transtornos. É um discurso comum à sociedade brasileira, que percebe a violência num ato de quebrar vidraças mas não o percebe no cotidiano de crianças de ruas ou da população que não tem acesso a condições mínimas de sobrevivência.

Ao contrário do que apareceu em grande parte da mídia, as revoltas tiveram um foco bastante claro: a revogação do aumento no preço das passagens do transporte público. Segundo o movimento não surgiu espontaneamente. A aparente desorganização dos protestos, evidente nas chamadas convocações pela Internet, na verdade mostra uma nova forma de organização, horizontal, sem lideranças organizadas.

Em dez anos de atuação o MPL se articulou a partir de uma lógica horizontal aprendida tanto com a prática das mobilizações, desde a revolta do buzu, ocorrida em 2003 na cidade de Salvador, quanto nas experiências internacionais de diversos movimentos sociais que se articularam e cresceram a partir dos anos 90. Ao mesmo tempo conseguiu estabelecer um objetivo claro e exequível capaz de mobilizar pessoas que ideologicamente estão distantes do grupo. Ao mesmo tempo em que coloca um objetivo muito bem determinado o MPL coloca uma série de questionamentos à estrutura social vigente e um programa amplo de longo prazo que ao fim das contas é radical, ambicioso e transformador.

Em São Paulo, onde ocorreram as maiores mobilizações, essas manifestações podem ser analisadas em dois períodos razoavelmente distintos, no primeiro, que vai até o dia 13 de junho, os manifestantes tinham basicamente a pauta da redução das tarifas. Até então a imprensa se posicionava radicalmente contra as reivindicações e contra os métodos considerados violentos. Alguns dos principais meios de comunicação do país pediam em editoriais a repressão ao movimento

Nesse segundo momento a grande mídia se coloca a favor de manifestações desde que elas sejam pacíficas, ao mesmo tempo diversos grupos buscam colocar em pauta uma série de novas reivindicações, quase todas pouco concretas como mais saúde, investimentos em educação, fim da corrupção etc. Pesquisa realizada em julho pelo Ibope mostra que entre aqueles que participaram dos protestos, a corrupção aparecia como principal razão para 27% deles.

Uma questão talvez seja decisiva para se pensar o engajamento de uma parcela significativa da classe média, a ideia de que o governo tem não apenas a obrigação de oferecer bons serviços como também tem a capacidade e possibilidade de fazê-lo. Essa sensação de dá, sobretudo, a partir de duas perspectivas, uma de longa e outra de curta duração, na primeira tem-se em conta o próprio processo recente de desenvolvimento econômico, o país cresceu e o poder de compra da população aumentou significativamente nas últimas duas décadas trazendo uma melhoria nas condições de vida que não foi acompanhada pela melhoria dos serviços públicos oferecidos. No curto prazo, a questão dos gastos dos governos em obras para a Copa do Mundo colocaram o questionamento acerca não apenas desses gastos mas também sobre as prioridades desses governos; sem conhecer orçamentos, parte da população passa a repetir o discurso de que esse dinheiro seria melhor empregado se fosse destinado à áreas como educação e saúde.

O valor do reajuste, algo em torno de 6%, efetivamente não cobria sequer a inflação do período anterior ao último aumento, o que serviria de justificativa para o poder público municipal e estadual e pretexto para que grande parte da mídia colocasse que as manifestações não eram pelos 20 centavos. Ocorre que aumento do valor das tarifas envolve não apenas uma questão financeira, ainda que ela seja relevante, algo em torno de 500 milhões de reais deixarão de ser gastos anualmente pelos usuários do sistema. A questão da mobilidade urbana é importante pelo seu papel central na vida cotidiana de milhões de pessoas que vivem nas grandes cidades brasileiras, o tempo médio que um paulistano passa no transporte público é o segundo maior do mundo, só perdendo para os moradores de Xangai. Além do tempo gasto, aqueles quem moram nas periferias chegam a passar mais de 3 horas em metrô e trens superlotados; nos ônibus, além da superlotação há ainda o problema dos constantes congestionamentos, soa reflexos de uma cidade que nunca priorizou o transporte coletivo.

A resposta do governo e também dos principais partidos foi no sentido de tentar propor uma trégua, inicialmente, e propor uma nova pauta para agenda política,

posteriormente. Antigas discussões foram retomadas como as da reforma política, do financiamento das campanhas eleitorais, voto distrital e outras questões que pouco ou nada tinham a ver com as reivindicações das ruas. A justificativa de a questão das escolhas políticas passar por debates técnicos cairia junto com a revogação do aumento, o movimento mostrou que a questão técnica na verdade pode se submeter a escolhas políticas.

Surge uma separação entre os manifestantes pacíficos que protestam por um país melhor e os vândalos que se aproveitam da situação para promover atos de violência, esses arruaceiros não deveriam ser levados em consideração e ou não teriam motivações políticas claras ou seriam ligados a grupos políticos que por motivos diversos poderiam estar interessados na desordem, a direita acusando a esquerda e a esquerda acusando grupos à direita.

Com esses novos manifestantes as diferenças se tornam maiores e mais evidentes. Desde a Constituinte, na década de 1980, o país passou por um processo constante de desmobilização dos movimentos sociais, desde então atores das mais diversas reivindicações sociais buscavam espaço a partir da via institucional ou no dialogo direto com ela, seja através de partidos políticos seja através de lobbies ou influência direta nos poderes executivo e legislativo. O resultado é que houve uma desmobilização generalizada dos movimentos populares.

As pautas de reivindicação, mesmo aquelas colocadas pela imprensa e pela classe média ao longo das jornadas, são fundamentalmente de esquerda exigindo maior atuação do Estado e políticas que beneficiam a população mais pobre: investimentos em transporte coletivo, saúde e educação. Nesse sentido podemos pensar que há, em certa medida, uma cobrança daquilo que os governos, sobretudo os do Partido dos Trabalhadores, prometeram e não cumpriram. Pesquisa realizada pelo Ibope em julho de 2013 mostrava que entre aqueles que participaram dos protestos apenas 13% se identificavam com o PT enquanto que entre os que não participaram esse número chegava a 23%. Por outro lado o principal partido opositor à esquerda, o PSOL, era visto com o partido preferido por cerca de 9% daqueles que saíram às ruas e por apenas 0,5% por aqueles que não protestaram.

A manifestação do dia 17 evidencia não apenas o aumento exponencial no número de participantes como também uma mudança significativa no perfil dos participantes. De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha, 71% dos manifestantes estavam participando de um protesto pela primeira vez. Eram jovens, 53% deles com

menos de 25 anos, sem preferência partidária, 84% deles, em sua maioria com ensino superior, 77%. Durante os momentos finais da campanha contra o aumento das passagens, a luta foi tomada de assalto pela difusão de pauta. Quando o aumento foi revogado, a agitação permaneceu órfã e a difusão de pauta se apoderou de vez do processo. Estabeleceu-se assim um ativismo bastante difuso e muito pouco orientado a resultados.

Uma história ainda presente

Uma das facetas que demonstraram a força dos movimentos reivindicatórios em Junho de 2013 no Brasil, e principalmente em São Paulo, refere-se à apropriação espacial da cidade. Embora essa apropriação ocorresse em quase todos os dias das manifestações de rua, sendo a causa principal dos primeiros conflitos com a polícia, pouco se falou acerca desse aspecto. A luta pelo transporte é também uma batalha pela ocupação de uma cidade que expressa as relações de classe e segregada uma parcela significativa de seus habitantes.

De um lado vê-se uma clara disputa entre aqueles que acreditam no direito de autodeterminação dos manifestantes, expresso na prerrogativa de escolher quando e onde podem protestar, e o poder público que deseja limitar esse direito recomendando os horários e determinando o trajeto que as manifestações devem seguir. Na lógica seguida pelo MPL, cidade é cindida e articulada pelos interesses das classes dominantes e, nesse sentido, não seguir as orientações da polícia militar é, de alguma forma, questionar os espaços que a elite econômica junto com o poder público se acham no direito de impor àqueles que entendem as ruas como um espaço de luta de classes.

Para melhor compreendermos esse processo de formação de uma cidade cindida, separada por classes sociais, necessário é analisarmos de que forma a metrópole foi sendo delineada. Para isso, uma questão inicial é entender que desde o início do século XX houve uma grande expansão geográfica da cidade, com a transformação de antigas chácaras em bairros; uma expansão não ocorreu de forma espontânea. A incorporação de novas áreas ao projeto oficial de urbanização promove uma valorização desses espaços, que passam a receber infraestrutura e melhorias valorizando áreas que depois serviriam para a especulação imobiliária. Segundo Rolnik (1999), o surgimento dos bairros mais ricos possibilita um forte processo de valorização espacial na cidade de São Paulo,

Esse processo de valorização espacial permite, entre outras coisas, o surgimento de dois tipos de bairro: aquele com melhorias e equipamentos urbanos, direcionados à elite, e aqueles que pouco ou nada possuem de infraestrutura básica, relegado aos mais pobres, entre esses, o operariado. Essa diferenciação entre bairros permite à elite “marcar” no espaço sua presença, sua força econômica, ao se definir um diferenciado padrão de construções de casas na região central, propiciando a formação de uma cidade espacialmente excludente, no qual ricos habitem, enquanto que nas baixadas úmidas e pantanosas se aglomerava a pobreza, com casas minúsculas e cortiços, representando o local de moradia da população operária.

Essa separação geográfica ocasionava, além das grandes diferenças de tratamento pelo poder público (acesso a saneamento básico, ruas arborizadas), o reforço de um preconceito econômico e social que vai permanecer como um aspecto central da sociabilidade paulistana. Da cidade onde viviam muitos estratos sociais servia apenas a uma elite. Quase tudo nela levava em consideração a lógica do lucro fácil e imediato. Aqueles que podiam pagar mais recebiam também mais benefícios. Aqueles que foram os que realmente realizaram a tarefa de transformar a cidade de São Paulo em grande capital estadual, pouco usufruíram dessas mudanças.

A cidade que surgiu dessa dinâmica como segregada, já que, determinada espacialmente pela elite e dirigida por ela, os melhoramentos que a cidade aos poucos recebia, quase nunca chegavam às regiões mais pobres, ou chegavam de modo bastante atrasado em comparação aos bairros de elite. Isso aconteceu, porque a cidade de São Paulo entraria num processo de valorização de suas terras que se acentuava com a "privatização" dos serviços de melhorias que aqui entraram com as empresas estrangeiras interessadas nesses negócios. Ao Capital, interessou primeiramente o lucro e depois o uso da melhoria. Aos operários sobraram as reclamações.

Dito isso, é preciso pensar o transporte público não apenas como uma questão de locomoção no cotidiano entre casa e emprego ou escola. Mais que isso é a possibilidade de usufruir e viver a cidade, questionar as relações mercantis do transporte público significa impor um questionamento acerca do papel do poder público e ainda das relações sociais e econômicas na ocupação do espaço urbano. Como afirma o próprio MPL em sua carta de princípios, o movimento pretende fomentar a discussão sobre os aspectos políticos e econômicos da cidade e para isso é preciso ir além da proposta de

tarifa zero, é preciso rediscutir o crescimento desordenado das metrópoles, as relações entre a cidade e o meio ambiente, a especulação imobiliária e a desigualdade social⁶.

Uma possibilidade de interpretação

Ainda que não se possa dizer com certeza que essas manifestações tenham sido efetivamente maiores que as do Fora Collor, em 1992, ou as da campanha pelas eleições diretas, em 1994, certamente elas podem ser entendidas como mais significativas em pelo menos dois aspectos: em relação à Diretas Já, esse movimento se mostrou vitorioso, dado que em os reajustes foram revistos em mais de cem cidades e, por outro, pela forma horizontal e pelo caráter autogestionário, isto é, por se tratar de um movimento sem líderes e sem partidos que fossem capazes de lhe direcionar. Para além da reivindicação central, as mobilizações de junho não apenas colocaram ou recolocaram novas pautas na agenda política como pressionou o governo federal a adotar programas a muito tempo desejados por movimentos sociais como o aumento nos investimentos federais em saúde e educação.

Durante muitos anos, os novos movimentos viveram sob uma tensão entre processo e resultado. A experiência dos protestos de junho deixa dois legados opostos: o da mais extrema dispersão processual e o da fértil conjugação de processo e resultado na luta contra o aumento. A revogação dos aumentos foi uma vitória importante dos movimentos sociais, não apenas pelo valor representado mas sobretudo pelo caráter pedagógico e pela estratégia utilizada. Quando comparado a outros movimentos com organização semelhante este pode apresentar um ganho claro justamente por propor uma meta bem definida e exequível. nisso se distancia, por exemplo, das manifestações como do Occupy Wall Street.

Partindo da análise de Gohn⁷, a construção de novas concepções e possibilidades de luta, aliada às transformações ocorridas não apenas na estrutura das sociedades capitalistas ocorridas nas últimas três décadas, abriram espaço para a formação de novos movimentos sociais com estratégias distintas das utilizadas até então e, mais que isso, com novas reivindicações. Esses movimentos, como diversos outros, questionam as tradicionais relações entre Estado e sociedade e mercado, sem entretanto buscar

⁶ saopaulo.mpl.org.br/apresentação/carta-de-principios

⁷ GOHN, Maria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Pg. 301 e ss.

inserção nas esferas de poder, como ocorre geralmente com as Organizações Não-Governamentais (Ong's), nem tampouco tentam suavizar os conflitos ou prestar assistencialismos.

Assim as manifestações não convencionais (boicotes, protestos, intervenções urbanas, atividades ilegais de diversas ordens incluindo atividades violentas, etc) não tentam buscar o apoio daqueles que possuem maior prestígio social ou poder de decisão dentro das esferas governamentais, mas, ao contrário, despertar uma parcela da sociedade que é vitimada por aqueles. Para isso, entretanto, sabe-se que não é possível abrir mão de protestos não convencionais que chamem a atenção da mídia, que ganhem a maior cobertura possível (ainda que, segundo acusam, disso possa vir menos informação que manipulação ou distorção).

Com essa exposição na mídia abre-se, entretanto, a possibilidade de transformar determinadas questões em problemas e que, a partir disso se abram espaços para debates públicos nos quais de algum modo possam apresentar proposições alternativas. Essa linha de pensamento descarta a visão habermasiana de democracia deliberativa e tende a se aproximar à de Ehrenberg⁸, segundo a qual o próprio capitalismo, em seu funcionamento, pode estar pondo em risco as demandas democráticas da sociedade. Assim, a aposta na força da sociedade civil significa também apostar em uma estratégia com elevado risco de fracasso no próprio sentido da luta, como lembra Ortellado, para um grupo como o MPL

precisa ser muito cuidadoso na maneira como conduz o processo, na maneira como zela por sua democracia interna. Outro elemento que ajuda a entender isso é que essa nova democracia traz para o jogo político pessoas que não têm experiência política. Com os envoltórios de massa antigos, você tinha lideranças que conduziam. As opções estratégicas e as decisões eram tomadas por dirigentes que tinham pleno entendimento do funcionamento da política. Como esses movimentos são muito mais democráticos, no sentido de que eles efetivamente tomam as decisões importantes conjuntamente, isso faz com que pessoas que não têm experiência política participem da política e tentem aplicar restrições características da vida pessoal, que é o principismo: a ideia de que devo reger minhas ações por princípios. Ao que passo que, na política, quando você busca resultados práticos de curto prazo você mede suas ações não por princípio, mas por resultado.

⁸ EHRENBURG, John. *Civil society, the critical history of an idea*. New York University Press, 1999.

Ao contrário das Ong's que buscam fazer a mediação entre os coletivos organizados e as instituições governamentais, esses movimentos sabem que suas reivindicações principais não serão levadas a cabo dentro das esferas de poder instituídas, mas ao mesmo tempo reconhecem o poder do Estado como esfera de decisão dos destinos dos povos e que este, junto com o poder mais abstrato e mais impessoal do mercado, não apenas produz ou reproduz uma ideologia como também desenha a estrutura mental e a estrutura objetiva sob as quais os homens pensam e agem. Assim contrapor-se a ambos é necessariamente a motivação fundamental desses movimentos.

Nega-se a visão do Estado enquanto agente de reação e transformação social. O Estado é deixado de lado na medida em que esses movimentos passem a travar suas batalhas num espaço, cada vez mais, de natureza simbólica. Numa análise da sociedade enquanto sistemas simbólicos complexos baseados na informação pode-se vislumbrar a potencialidade de aumento de autonomia dos indivíduos ao mesmo tempo em que novas possibilidades simbólicas ampliam as suas possibilidades de atuação. Nesse sentido, a força dos movimentos sociais esta cada vez mais nas palavras e menos nos aparatos pois são estas palavras que tendem a impulsionar novas relações sociais – isso, evidentemente, se aceitarmos que estas espelham as relações entre os atores sociais.

As manifestações de junho evidenciam uma tentativa de reunir o maior número possível de militantes de diversos grupos e movimentos no maior número possível de cidades. As manifestações têm um caráter de contestação e ao mesmo tempo um caráter pedagógico para os militantes. Essas pessoas formam um grupo difuso no momento das manifestações, dado que não possuíam vínculos anteriores, e muitas vezes assim permanecem devido à inexistência de uma direção ou liderança externa.

A partir do estudo de Larissa Lomnitz⁹, acerca da população marginalizada da América Latina, podemos apontar alguns subsídios para a análise do modo como se organizam: a partir de redes de comunicação nas quais os grupos ou indivíduos se afiliam e cooperam; essas redes são constituídas e operam de acordo com interesses ou ideologias – ou seja, por afinidades e reconhecimento mútuo; o tamanho e a estabilidade das redes independem de fatores geográficos; as afiliações às redes se baseiam na igualdade entre os seus membros.

⁹ LOMNITZ, Larissa. *Como sobrevivem los marginados*. México: Siglo Veinteuno, 1975. Obs.: usamos essa obra como um certo referencial metodológico e, sobretudo, um ponto de referência para comparação.

De acordo com Alberto Melucci, nas sociedades complexas a substância das transformações em curso só podem ser entendidas a partir da análise dos conflitos no campo da cultura. Assim, os movimentos sociais possuem força na medida em detêm capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica. Nesse sentido as lutas possuem duas características distintas e ao mesmo inseparáveis: a imanência e a transcendência. Possuem um diagnóstico do real e ao mesmo tempo tentam extrair deste um potencial emancipatório, ou seja apresentam um diagnóstico que só possui sentido quando aliado a um prognóstico. Significa dizer que as molduras ou quadros interpretativos apresentam valores culturais e pressupostos morais.

Ao conseguir a revogação do aumento e, em certa medida, conseguir colocar em pauta o debate acerca da tarifa zero o MPL impõe um novo debate na agenda política. Significa dizer que o movimento conquista uma dupla vitória, a de reduzir o custo das passagens e trazer para a centralidade do debate político a tarifa zero por meio de uma ação autônoma com uma estratégia clara é o mais importante legado dos protestos de junho, colocando com isso não é apenas um novo paradigma para as lutas sociais no Brasil, mas um modelo de ação que combina a política horizontalista dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia.

Há assim uma normatividade, não apenas apresentam as coisas tal qual elas são como também vislumbram buscar uma certa teleologia. Como sugere Ernesto Laclau¹⁰, é preciso questionar se esse tipo de chave interpretativa que explica sobretudo as novas lutas sócias das sociedades capitalistas complexas ou pós-industriais podem ser usadas para os conflitos sociais do terceiro mundo. Enquanto os movimentos sociais da Europa do Welfare State buscam expandir direitos, abrir novas possibilidades em códigos, normas e condutas, repensar formas de inserção e participação políticas, no Brasil, e nos países periféricos do capitalismo em geral, as reivindicações populares ainda concentram-se em na busca de garantir um suporte mínimo de direitos sociais que lhes garanta a sobrevivência.

Se tentarmos analisar dentro de um quadro teórico pautado por autores como Honneth ou Fraser, no qual o sentimento de injustiça vai além das questões puramente econômicas, tenderíamos a nos associar a esse diagnóstico quando nos reportamos às questões mais específicas das novas lutas, entretanto não há como negar o caráter classista das reivindicações e menos ainda a centralidade do fator trabalho, ou mais

¹⁰ LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v.1, nº 2, 1986.

exatamente a crise da sociedade baseada no emprego formal e do Estado de bem-estar social como catalisadores dos sentimentos de injustiça. Para os movimentos sociais que buscam transformações sociais, a partir das jornadas de junho houve uma nova luz, novas imagens, narrativas e análises novamente irromperam. Ainda que qualquer balanço disso seja ainda incerto, certo é que o fogo não se apagou e que uma pequena fagulha ainda pode causar grandes incêndios.

Bibliografia

BATISTA, Pedro C. *Jornadas de junho: as ruas são ocupadas e ganham vozes*. Curitiba: Cromos, 2014.

BAYNES, Kenneth. “A Critical perspective in civil society and the State”, in: N.L. Rosenblum & R.C. Post (ed.). *Civil society and government*. Princeton: Princeton Uni.Press, 2002.

CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário: Sedição Editorial, 2004.

DELLA PORTA, Donatella e Mario Diani. *Social movements, an introduction*. Oxford: Blackwell,

DOIMO, Ana. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-79*. Rio de Janeiro, ANPOCS, Relume Dumará, 1995.

EHRENBERG, John. *Civil society, the critical history of an idea*. New York University Press, 1999.

FRAZER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003

GOHN, Maria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

JUDENSNAIDE, Elena et. al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. – São Paulo: Veneta, 2013.

KLEIN, Naomi. *No Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social, *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v.1, nº 2, 1986.

LUDD, Ned (org.). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MARICATO, Erminia et. al. *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MELLUCI, Alberto “The new social movements: a theoretical approach”, *Social Science Information* 19, 2, 1980.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente, movimentos sociais nas sociedades complexas*. São Paulo, Vozes, 2001.

OFFE, Claus. “New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”, in: *Social Research*, v. 52, n.4, 1985.

ORTELLADO, Pablo e RYOKI, André. *Estamos vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

RITZER, George. *The McDonaldization of Society*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996.

RUCCI, Rudá e ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. – Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

WINTERS, Matthew e Rebeca Shapiro. “Partisans protesters and nonpartisan protests in Brazil”. *Journal of Politics in Latin America*. Vol. 6, nº1 (2014).